

A cultura digital, seja como área organizacional ou como conceito, tem prestado serviço relevante sobretudo na última década no Brasil. Como reflexão coletiva em rede, a abordagem cumpriu papel na articulação de uma multiplicidade de novas atividades e movimentos, servindo como ponto de apoio na produção de um comum para falar sobre a construção de políticas públicas, projetos experimentais, ativismos, pesquisa acadêmica, laboratórios liberais, inovação social, movimentos de democratização da comunicação, participação cidadã, acervos digitais, modelos de gestão, entre tantas outras coisas que poderiam ser aqui enumeradas.

Dentre os muitos campos impactados pelas práticas do universo da cultura digital, talvez nenhum outro tenha sido ressignificado de maneira tão abrangente como o campo da memória, pública e privada. Interessa aqui refletir como estas práticas impulsionam fluxos dinâmicos e imprevisíveis, que têm nos últimos anos constantemente redefinido e ampliado o conceito de **memória cultural**. O formato de memória com o qual a sociedade se acostumou no último século, baseada na lógica dos arquivos impressos, é profundamente alterado pela ascendência da mídia digital. Cabe portanto perguntar: que novas práticas e atores disputam a hegemonia do Estado em sistematizar a produção de informação? Qual o papel das instituições mantenedoras do patrimônio cultural na preservação da memória na era da cultura digital?

Memória impressa: o papel do Estado

Em seu recente livro "Rogue Archives", Abigail De Kosnik nos recorda que "desde o final do século 19, a memória – não a memória individual privada, mas a memória pública, coletiva – foi domínio no Estado" (De Kosnik, 2016: 1). Tony Bennett em '*The Birth of the Museum*', escreve que "museus, galerias, e de maneira mais intermitente, exposições, desempenharam papel central na formação do estado moderno, e são fundamentais para sua concepção como, entre outras coisas, um conjunto de agências educativas e civilizatórias" (Bennett, 1995: 66). Tais instituições custodiais -- museus, bibliotecas e arquivos -- foram responsáveis por organizar e representar a memória já no período de formação do estado moderno, em meados do século XV. Estão presentes como peças da organização política até os tempos atuais, são caracterizadas pelas mesmas forças sociais que levaram à criação dessa visão de estado, e portanto, operam como vetor dessas forças.

A necessidade do estado de (1) impor soberania, subjugando as demais forças sociais sob seu poder, e (2) estabelecer uma distinção clara entre Estado e sociedade civil, são elementos que nos ajudam a entender as práticas que fundamentam essas instituições custodiais. Criadas para funcionar como elementos de centralização informacional, promovem a excelência técnica reconhecida como oficial e operada por agentes especialistas nas tarefas organizacionais da informação. Estes profissionais (servidores) têm por função a certificação, organização e seleção da informação considerada relevante,

necessária e considerada dentro de um padrão estético determinado pelas forças sociais dominantes. A partir de protocolos, normas e sistemas, o especialista exerce seu papel de agente de Estado, controlando os fluxos e processos informacionais daquilo que será objeto de guarda -- como será classificado, como será visto, e como pode ser acessado.

A esses agentes cabia operar as práticas que produziam como resultado a acumulação de informação em favor das forças de gestão do Estado, como ressalta Bourdieu (2012, pg. 23) em seu clássico curso no *Collège de France* tratando das questões do surgimento do Estado:

“O nascimento do Estado se faz acompanhar da acumulação maciça de informação – serviços secretos, pesquisas, recenseamentos, orçamentos, mapas, planos, genealogias, estatísticas – convertendo o metapoder em unificador teórico, um totalizador cujo instrumento por excelência é a escrita, a começar pelos registros de contabilidade.”

Nessa visão institucional, cabe à sociedade civil apenas o acesso aos serviços de informação quando disponíveis de forma pública. A **memória cultural**, ou aquilo que será registrado e passível de recuperação por meio do acervo organizado dessas instituições, apesar de ser influenciado por dinâmicas sociais, se define majoritariamente em favor dessas forças de concentração e centralização da informação típica do Estado moderno.

Memória digital como prática social

A ideia de prática social recupera uma perspectiva importante a ser ressaltada quando na reflexão sobre as possíveis formas de se definir memória. Mais do que apresentar uma das definições possíveis para o conceito, caindo infalivelmente em uma percepção restrita a partir da perspectiva dos pesquisadores que a produziram e datada no tempo em que essa conceituação se deu, nos interessa menos definir o conceito e mais observar aquilo que se produz, se faz e torna-se prática em seu nome. Entende-se por prática social aquilo que se revela nas condutas regulares dos agentes em dinâmica de interação social, produzindo as coisas que se fazem e as coisas que não se fazem, como sugerido por Bourdieu (Thiry-Cherques, 2006).

Desde a virada do século, e particularmente a partir de 2002 com o advento da web 2.0 ('*read-write web*'), as instituições custodiais em seu modelo padrão de operação deixaram de cumprir o papel de registrar e preservar o que se define como a **memória cultural** do tempo presente para o acesso das gerações futuras. Em regiões com bom acesso à internet, a ascendência da mídia digital sobre outras formas de transmissão (TV, rádio, cinema, impressos) introduzem práticas que alteram a relação da memória pública com o Estado. O que de fato se produz em termos sócio-técnicos no início do século 21 é uma clivagem de forte impacto no modo de acúmulo de informação operado até então. A perspectiva da Internet como rede digital de informação global e seus novos sistemas de informação interativos, desequilibram de forma significativa o jogo de forças em torno do poder do Estado e de seus agentes técnicos em sistematizar a produção de informação.

Novas práticas sociais passam a compor o mosaico de possibilidades informacionais disponíveis para o cidadão comum. A sociedade civil pode agora produzir coleções de objetos digitais de seu interesse e arquivar esses objetos em sistemas de alta disponibilidade de serviços. Pode classificar esses objetos da maneira que achar relevante, subvertendo a necessidade restrita de utilizar taxonomias hierárquicas e vocabulários controlados -- gerando a *folksonomia*¹ como prática. O cidadão interessado pode ainda publicar sua opinião sobre temas que considera de relevância, pode votar, curtir e selecionar aquilo que considera mais interessante.

Estes novos agentes que exercitam a prática social da memória na cultura digital não possuem treinamento em ciências da informação (biblioteconomia, arquivologia, museologia), e nenhuma retaguarda institucional. São amadores – fãs, hackers, piratas e voluntários – que passam a atuar no campo e se tornam forças de produção informacional avassaladora para os sistemas oficiais. Ao exercerem seus novos papéis de organização e representação da informação, passam a influenciar naquilo que se transforma em acervo, e tornam disponíveis inúmeros objetos digitais que serão agora passíveis de recuperação e que passarão a compor o repertório de possibilidades que formarão a memória da contemporaneidade.

Em resposta a esta demanda por arquivamento em meio digital, nas últimas décadas surgiram diferentes formatos de 'publicação' como blogs, wikis, gerenciadores de conteúdo (CMSs) e repositórios digitais. Tais novidades surgem não mais em um campo dominado pelas instituições custodiais e suas normas técnicas, mas no universo dinâmico da economia das startups digitais. São empresas privadas que produzem os sistemas interativos da internet, e são responsáveis pelas suas funcionalidades técnicas, bases de dados, políticas de uso e pelas possibilidades de interação de seus usuários.

A cada semana, *startups* lançam novas ideias para atrair usuários dispostos a 'postar' seus conteúdos online, sem prestar muita atenção aos termos de uso a que se submetem. Entretanto, a velocidade de assimilação desses novos serviços pelas grandes corporações da internet como Google e Facebook tem resultado em monopólios globais para disponibilização de conteúdos culturais digitais. De certa maneira, na perspectiva da cultura digital, as práticas de memória saem do domínio do estado, incluem a sociedade civil como força social de produção, e passam a ser gestadas e geridas no âmbito das empresas que dominam a internet como espaço de inovação e produção de serviços em rede.

Algoritmos e relevância social

A principal consequência da inclusão da sociedade civil como força social de produção de novas práticas de memória é a elevação exponencial do volume de informação produzida e arquivada em sistemas de informação, antes

¹ A **folksonomia** é uma maneira de indexar informações. Esta expressão foi cunhada por Thomas Vander Wal. É uma analogia à taxonomia, mas inclui o prefixo folks, palavra da língua inglesa que significa pessoas.

alimentados apenas por agentes oficiais. Lidar com esse volume torna-se uma questão social que, por sua vez, leva também à produção de novas práticas sociais: a automatização dos processos de organização e recuperação da informação. A principal força sócio-técnica por trás de serviços como Google e Amazon, por exemplo, consiste em sua capacidade de tratar um volume singular de informação, abrangendo uma enorme variedade de interesses e formas de expressão humana, e de utilizar para isso critérios de relevância social que produzem novas maneiras de organizar e recuperar essa informação.

No caso do Google, a ideia seminal de utilizar a lógica de referências, considerando que os sites mais linkados pelas pessoas devem ser aqueles mais relevantes para uma chave-de-busca específica, levou a produção de um dos algoritmos mais bem sucedidos da história. Trata-se da percepção social coletiva sistematizada por meio de um indicador que mobiliza a rede de forma a apontar o que é relevante a cada caso de busca. No caso da Amazon, a ideia original de apresentar livros que podem ser potencialmente interessantes a um usuário com base na procura e compra semelhante de outros usuários, leva a experiências de uso onde se considera relevante não apenas necessariamente o que se buscava, mas aquilo que se encontra pela indicação indireta de outras pessoas.

Esses dois exemplos revelam o poder dos algoritmos, programas de computadores que automatizam tarefas repetitivas, que operam formas de filtragem na informação, tornando o alto volume de conteúdos segmentado por indícios de relevância social e, ao mesmo tempo, apresentando resultados satisfatórios e possíveis de lidar por seus usuários.

Os algoritmos produzem aqui verdadeiras práticas sociais de mediação entre o enorme acervo informacional disponível por esses sistemas de informação e o interesse específico de seus usuários por intermédio de suas ferramentas de busca. São eles, por meio da mediação que exercem, que determinam o que pode ou não ser visto, operando lógicas de hierarquização da memória produzida em seus espaços de atuação. O poder emulado pelos detentores dos meios necessários à operação dos algoritmos é diretamente proporcional ao acesso que têm às bases de dados relevantes para cada processo / setor específico. O fato de que tal poder de definição de pertinência seja exercido por corporações transnacionais que operam práticas monopolistas, sem qualquer regulação capaz de promover maior transparência nestas intervenções, configura cenário claramente antidemocrático.

Modelos e projetos experimentais: referências em trânsito

Diante do desafio de repensar as práticas sociais da memória em tempos de cultura digital, há várias iniciativas que têm se proposto a discutir a atual limitação do papel do Estado por meio de suas instituições custodiais, e o papel crítico exercido pelas empresas de Internet. É inquietante saber que parte expressiva do que é produzido como práticas de memória nos tempos atuais se encontra sob a guarda de empresas privadas que podem, a depender hoje unicamente de seus interesses, fechar serviços e deixar de dar acesso a base

de dados tão relevantes como foi o caso do Orkut², especialmente para o Brasil.

Em resposta ao impacto que as grandes plataformas da economia digital têm causado na sociedade, muitas vezes operando funções que infra-estruturas e instituições públicas desempenharam nos últimos séculos, destaca-se um movimento recente denominado 'cooperativismo de plataforma' (#platformcoop). Propõe desenvolver desenhos atualizados para aspectos legais, institucionais, e de financiamento do modelo cooperativo, com foco especial na criação de estruturas e métodos de governança distribuída para as plataformas digitais. Como o software necessário para a realização das funcionalidades básicas das plataformas tende a tornar-se 'commodity', trata-se pois de clonar a idéia do sistema, e reconfigurá-lo para organizar a cooperação, colocando instituições, produtores, comunidades de interesse, especialistas, pesquisadores e usuários em geral, numa espécie de ação coletiva organizada para fins específicos devidamente pactuados. Em coletânea recente sobre o 'cooperativismo de plataforma', Schneider aponta o papel que governos podem ter no apoio ao modelo (2017, 255 loc).

"...governos precisam reconhecer que plataformas digitais cooperativas têm o potencial de gerar riqueza e oferta de infraestrutura local em suas comunidades, dessa forma atendendo a seus eleitores. Em vez do dilema inglório sobre tentar deter a entrada de Uber e que tais, plataformas cooperativas configuram um modelo para o qual as instituições públicas podem tranquilamente dizer 'SIM'. Precisamos de leis que tornem mais fácil a formação e o financiamento de 'co-ops', assim como o investimento público no desenvolvimento de atividades de interesse público ou comum -- apoio que as empresas de interesse privado recebem a todo momento."

Vale citar como um exemplo paradigmático a experiência da Biblioteca Britânica relatada na matéria "*British Library adds billions of webpages and tweets to archive*" do *The Guardian* (MEICKLE, 2013), que cita a iniciativa de arquivar páginas Web e postagens na mídia social *Twitter* de políticos e importantes personalidades públicas do Reino Unido. A biblioteca incorpora em suas bases de dados informação considerada de interesse público e que até então estava apenas sob guarda de empresas privadas, trazendo novo equilíbrio à relação de forças e produzindo novas práticas de mediação. Uma vez a base de dados tornando-se pública, novos algoritmos de busca podem ser produzidos

² Criada pelo Google em 2002 e com existência de 12 anos, a rede social encerrou suas funcionalidades dinâmicas em 2014, deixando seu conteúdo disponível para download até meados de 2016. Durante os dois anos que a rede esteve disponível para consulta os processos de extração de conteúdo não eram considerados de fácil acesso para grandes volumes de dados e, o que pode se considerar um dos elementos mais importantes em redes sociais, as conexões, ficavam fortemente comprometidas na reconstituição desses dados, mesmo em ambientes preparados e contando com recursos técnicos profissionais para a pesquisa. Sem dúvida, o Orkut teve um papel extremamente importante nos processos de socialização em redes digitais no Brasil, sendo um dos territórios mais atuantes e participativos do ambiente. É importante dizer que o patrimônio cultural ali produzido e armazenado também faz parte do patrimônio cultural brasileiro, servindo de referência como fonte de pesquisa e, sobretudo, como dinâmica social de articulação em rede e como campo de produção de capital social e cultural de uma nação. O país perde com seu desaparecimento, que causa impactos em nossa memória cultural, e tais riscos são preocupações relevantes para uma política pública de memória digital. Estariam nossas instituições custodiais preparadas para operar como arquitetura de socialização de produção informacional em rede?

e novas formas de organização da informação podem ser criadas. Uma nova forma de socialização de informação estratégica está em jogo aqui.

A experiência da Europeana³, uma ampla estratégia de integração digital de acervos culturais de instituições custodiais da União Europeia, vem produzindo efeitos que chamam atenção para os possíveis impactos em rede da integração de bases de dados de importantes instituições culturais. A iniciativa é composta por 175 instituições europeias que fornecem conteúdo para a formação de uma única base de dados integrada chegando a mais de 54 milhões de objetos digitalizados⁴. Para além dos imediatos benefícios que plataformas e bases de dados como essas podem produzir do ponto de vista de quem se interessa pelos temas culturais, estudos hoje podem demonstrar o impacto econômico da iniciativa. A pesquisa conduzida pela empresa *SEO Economic Research* e assinado por Poort *et al.* (2013) mostra que num cenário pessimista o esforço de integração da Europeana retorna 2.3 milhões de Euros para a economia local, num cenário de base esse número passa a 21.5 milhões e num cenário otimista o valor chega a 40.3 milhões.

No Brasil, iniciativas como Rede Memória, Rede Memorial, e Rede Musa desempenham papel relevante na atualização das instituições de memória para a era digital. Em iniciativa mais recente o Ministério da Cultura, em parceria com a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Brasileiro de Museus, desenvolve o projeto Tainacan. O objetivo é integrar as instituições mantenedoras de acervos do patrimônio cultural no processo de digitalização e disponibilização de suas coleções. Ao introduzir modelo operacional que prevê o compartilhamento de recursos com base em arquiteturas distribuídas, e incorporar funcionalidades de participação e colaboração em rede, a iniciativa facilita e impulsiona novos métodos para o campo da memória, como a 'curadoria digital'⁵ e o 'inventário participativo'⁶ -- instrumento da 'museologia social'⁷.

O que essas experiências demonstram em comum é um conjunto de novas práticas que valorizam e tornam pública informação estratégica e de importância cultural, ampliando e mesmo atualizando o papel dessas instituições custodiais que passam a integrar em suas práticas as dimensões de socialização da cultura digital.

Conclusão ou esboços de questões para um projeto transversal de pesquisa

Observar a memória como prática e compreender essas práticas

³ www.europeana.eu

⁴ Dados de fevereiro de 2017.

⁵ curadoria digital: articulação para criação e implementação de métodos, aplicações e arranjos participativos para a curadoria social do conhecimento a ser preservado em formato digital

⁶ inventários participativos são instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização

⁷ metodologia que utiliza ferramentas da Museologia a serviço da memória social: identificação, qualificação, realização de inventários participativos, difusão de memórias, formação de redes.

circunscritas naquilo que temos chamado aqui de cultura digital tem funcionado como uma maneira de ampliar o debate em torno daquilo que o digital contribui para se repensar as instituições custodiais, sua função pública e para compreendermos de forma mais clara e objetiva os efeitos que a socialização em redes digitais produz na perspectiva da memória.

De certo, novas políticas públicas se fazem necessárias, sobretudo aquelas que entendem o valor cultural, simbólico, material e econômico do que está aqui em jogo. O patrimônio cultural dos povos e nações, bem como o desenho social daquilo que será considerado memória, hoje passa pelas mediações dos sistemas de informação digitais e seus algoritmos que, em sua grande maioria, se encontram sob o controle de empresas privadas. O caso brasileiro é agravado pelo fato dessas empresas serem todas estrangeiras.

Neste início de século XXI, é urgente disputar o sentido de mediação desses algoritmos, produzindo eventualmente outras lógicas, estratégias e práticas capazes de promover o interesse do público, e a produção de um comum que visa valorizar a socialização da experiência cultural, e não preferencialmente a lógica de consumo dos cliques. Há inúmeros riscos em questão, desde a guarda efetiva das bases de dados até a caixa-preta que são os algoritmos da atualidade, nos induzindo a mediações que forçosamente não podemos discutir ou mesmo rever, mediante a proteção intelectual garantida a esses algoritmos e seus serviços correlatos.

A política pública deve promover a integração das bases de dados e a digitalização dos acervos instituídos, promovendo o acesso online para apropriação pela sociedade do que as instituições já possuem como patrimônio. Cabe também entender como o aspecto econômico configura a oferta e demanda de conteúdos online, e constatar se direitos culturais importantes como o provimento de acesso qualificado a conteúdos em domínio público, e o respeito às limitações e exceções em direitos autorais são devidamente observados.

Se o modelo de memória pública institucional onde o Estado cumpre papel protagonista não mais atende às demandas de registro e preservação da memória cultural, agora primordialmente produzida e armazenada em mídia digital, é fundamental que sejam formulados projetos que exercitem novos modelos de sustentabilidade e governança para acervos culturais públicos – ou comuns. As questões são inúmeras, bem como os desafios técnicos, sociais e políticos de produção de novas experiências e práticas nesse sentido. O que de certo abrimos aqui são menos soluções do que perguntas, apontando que o problema não apenas segue em aberto, mas se agrava a cada novo enlace de rede que se produz e que deixamos, como nação, de socializar seu valor como produção cultural e memória coletiva.

Referências

BENNETT, Tony. **The Birth of the Museum: History, Theory, Politics**. Routledge, 1995, 66p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2014. 573p.

DE KOSNIK, Abigail. **Rogue Archives: digital cultural memory and media fandom**. 1 ed. Cambridge, MA : The MIT Press. 2016, 1p.

MEIKLE, James. **British Library adds billions of webpages and tweets to archive**. The Guardian. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2013/apr/05/british-library-archive-webpages-tweets> . Acessado em: 20/07/2016.

POORT, Joost, NOOL, Rob van der, PONDS, Roderick, ROUGOOR, Ward, WEDA, Jarst. **The Value of Europeana: the welfare effects of better access to digital cultural heritage**. Atlas voor gemeenten. Amesterdam. 2013. 43p.

SCHOLZ, Trebor, SCHNEIDER, Nathan - Editors. **Ours to Hack and to Own: the rise of platform cooperativism, a new vision for the future of work, and a fairer internet**. OR Books. New York and London. 2017. 255 loc.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. N. 40. V. 01. P.27-55. Jan/Fev 2006.